



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

04 de fevereiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Capa	Data: 04/02/2015
Assunto: Proposta salarial		Página: 01

DIÁRIO CATARINENSE

O QUE MUDA NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Proposta apresentada para a categoria e que deve chegar à Assembleia em março pretende aumentar a distância salarial entre os professores com diferentes níveis de graduação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 04/02/2015
Assunto: Proposta salarial		Página: 11

DIÁRIO CATARINENSE

PROFESSORES AVALIAM PROPOSTA SALARIAL

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte), Luiz Carlos Vieira, identificou pelo menos dois fatos políticos na apresentação da proposta salarial do magistério que o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, apresentou aos dirigentes sindicais. A primeira foi de postura de governo: ao contrário de anos anteriores, o governo admite sugestões para aprimoramento da proposta e há uma abertura do próprio secretário. A segunda está identificada com a principal aspiração do magistério, contida no projeto: a descompactação da tabela salarial, achatada nos últimos quatro anos e prejudicando os professores com maior titulação e em fim de carreira.

Há, contudo, algumas dúvidas e até críticas à proposta. Com as alterações na carreira, que são reduzidas

de 10 níveis para apenas quatro, as gratificações por regência de classe (25% a 40%) foram incorporadas aos vencimentos básicos. A nova tabela, com esta incorporação, pode gerar uma melhoria substancial que, na realidade, pode ser ilusória.

Outra restrição: os professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) são excluídos da carreira do magistério. Não serão mais contratados por módulos de ensino. Serão pagos por aula dada. Relevante: o Estado tem hoje 19,6 mil professores ACTs, contra 22 mil efetivos e 24 mil inativos.

O clima de diálogo entre Secretaria da Educação e Sinte abre espaços para correções e avanços na proposta. O sindicato realiza reuniões do conselho amanhã e sexta-feira para elaborar um documento que será submetido à assembleia geral a ser convocada em março.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 04/02/2015

Assunto: Proposta salarial

Página: 11

DIÁRIO CATARINENSE

PROFESSORES AVALIAM PROPOSTA SALARIAL





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: cacau Menezes	Data: 04/02/2015
Assunto: investimentos do Estado		Página: 31

DIÁRIO CATARINENSE

AO MESTRE

Não dá para negar que o atual governo do Estado investiu em educação. Durante a apresentação do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, sobre o estudo do novo plano de carreira dos professores, um dado chamou a atenção. De 2010 para 2014, o aumento da folha do magistério catarinense passou de R\$ 1,83 bi para R\$ 3,13 bi, um crescimento expressivo de 70%. E o vencimento mínimo de um professor passou de R\$ 60946 em 2010 para a proposta de R\$ 2.535,06 a partir de 2015.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Capa	Data: 04/02/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: 01

Notícias do Dia

Professores terão novo piso salarial

Aumento. Secretaria da Educação apresenta plano de carreira

O salário inicial sobe para R\$ 2.535 com as mudanças na tabela. Para os profissionais com mais tempo de serviço, o reajuste chega a 60%. A proposta ainda será discutida pelo Sinte antes de ser encaminhada à Assembleia Legislativa. **Páginas 8 e 9**



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Notícias

Data: 04/02/2015

Assunto: Piso Salarial

Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

NOVO PLANO DE CARREIRA PROPÕE A AMPLIAÇÃO DE DIFERENÇAS SALARIAIS

HYURY POTTER

hyury.potter@diario.com.br

Com uma proposta de piso estadual de R\$ 2.535 – unindo salário e gratificações – e mudanças na distribuição dos níveis de escolaridade da categoria, o novo plano de carreira do magistério foi apresentado ontem pelo secretário de Estado de Educação, Eduardo Deschamps, à direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública (Sinte-SC), em Florianópolis. O principal objetivo é aumentar a diferença entre professores com diferentes graduações, o que o governo chama de “descompactação”. A proposta será discutida pela categoria e depois encaminhada à Assembleia Legislativa – o que o governo pretende fazer até o final de março.

Durante a apresentação, o secretário destacou que dos 46 mil professores efetivos, entre ativos e inativos, pelo menos 6 mil teriam um reajuste para chegar até o novo piso proposto.

– Nos últimos anos, houve uma diferença grande de crescimento do salário entre quem ganha o piso, que teve uma variação de 178% desde 2010, e quem tem graduação, que aumentou 82% no mesmo período. É inviável manter isso para todas as carreiras, então simplificamos a divisão das carreiras.

RESPOSTA DA CATEGORIA SERÁ DADA EM MARÇO

De acordo com o presidente do Sinte-SC, Luiz Carlos Vieira, a categoria deve começar a analisar a proposta no próximo fim de semana, quando ocorre uma reunião do conselho deliberativo.

– Além da reunião do conselho, teremos as assembleias regionais. Esperamos entregar uma resposta ao governo até a primeira quinzena de março. Só o fato do governo ter apresentado uma proposta, já é um avanço – afirma o presidente do sindicato.

PRINCIPAIS PONTOS

- Atualmente, existem 12 níveis e sete referências no plano de carreira. Eles passariam para quatro níveis e 10 referências. Os níveis são: professores com graduação, especialização mestrado e doutorado. As licenciaturas curtas deixariam de existir na carreira.
- Pela tabela atual, professor em final de carreira (nível 12 e referência sete) ganha R\$ 3.144, além das vantagens pessoais. No futuro (nível quatro e referência 10), receberá R\$ 4.590.
- O vencimento no início da carreira ficará em R\$ 2.535.
- Desvinculação do professor Admitido em Caráter Temporário (ACT) da tabela da carreira e contratação por hora-aula.
- Adicional mensal (R\$ 254 a R\$ 404) para quem ministra aulas.
- Professores podem simular o salário no site do Sisgesc.
- É possível participar de uma discussão sobre...



Disputa salarial dos educadores iniciou com piso nacional em 2008

Em 2008, foi sancionada a lei 11.738, conhecida como Lei Nacional do Piso. Na época, a legislação foi questionada através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), proposta por cinco Estados, incluindo SC.

No entanto, o piso foi mantido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento finalizado em abril de 2011. A principal disputa do governo catarinense era o fato da inclusão das gratificações para chegar ao valor estabelecido pela União, então de R\$ 1.187.

O atual piso nacional aplicado pelo governo federal é de R\$ 1.917,78. Em SC, caso a proposta passe na Assembleia, os professores teriam uma carreira que começaria com R\$ 2.353 e poderia chegar a R\$ 9.042.

UTILIZAÇÃO DO FUNDEB COM A FOLHA DE PAGAMENTO EM SC

Atualmente, 92,6% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é utilizado com a folha de pagamento em SC. A Secretaria de Educação pretende realizar ações – como a enturmação, unindo alunos numa mesma sala de aula com infraestrutura adequada – e espera receber mais recursos do Produto Interno Bruto (PIB), como foi aprovado no ano passado no Plano Nacional de Educação para chegar a meta de 80% e, assim, aumentar a verba para outros investimentos.



Fonte: Secretaria de Educação de SC



Notícias do Dia

GOVERNO PROPÕE PISO DE R\$ 2.535

Rede estadual. Novo plano de carreira dos professores conta com aumento de até 178%

**ELAINE STEPANSKI E
VIVIANE DE GÊNOVA**
redacao@noticiasdodia.com.br

 @ND_Online

Uma nova proposta que visa à descompactação da tabela salarial deverá trazer melhorias para os professores da rede estadual de educação em Santa Catarina. Ainda em discussão entre o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública) e a Secretaria Estadual de Educação, o novo plano de carreira do magistério conta com mudanças salariais com aumento de 178% no piso da categoria, considerando os últimos cinco anos. A mudança, se aprovada, ocorrerá em diferentes

níveis e terá influência de fatores como a habilitação do servidor e tempo de serviço.

Com o aumento, o piso real em início de carreira ficará em R\$ 2.535. Hoje, é fixado em R\$ 1.917,78 por lei federal. Nos casos dos professores em fim de carreira, o aumento total é de 60%. A proposta deverá ser estudada durante este mês e encaminhada à Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) até março. Na tabela atual, um professor em início de carreira com graduação ganha R\$ 2.268,50; pela nova, esse valor passaria para R\$ 3.041,87.

“A variação dos pisos trará um impacto de R\$ 200 milhões. Esses investimentos são de ajustes que vamos determinar, como a redução e contratação de hora aula para os ACTs (admitidos em caráter temporário), investimentos federais e também da meta de comprometimento do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) com a folha, que deverá ser de 80%, e gestão, evitando turmas de alunos muito pequenas e controlando contratações”, disse o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps.



PROJETO

Novo plano de carreira será encaminhado em março para a Assembleia Legislativa



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Folha suplementar pagará reajuste nacional neste mês

Descompactação da tabela salarial era reivindicação antiga da categoria. Desde 2011, o Estado passou a cumprir a lei do piso nacional do magistério, que é reajustado todo ano. No entanto, para atender à lei, na época, Santa Catarina repassou o aumento do piso para todos que ganhavam abaixo do valor fixado nacionalmente. O percentual chegou a atingir 100% em alguns casos, o que provocou o nivelamento da carreira entre professores graduados e especializados.

De acordo com o presidente do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública), Luiz Carlos Vieira, hoje a diferenciação dos professores com nível médio e graduação não chega a 7%. A nova proposta traz uma diferença de 40%.

“Tínhamos uma discussão desde 2011 com o governo. O que acontecia é que eles passavam apenas o reajuste nacional para quem estava em início de carreira. Neste ano, a novidade é que, com a des-

compactação da tabela, teremos um investimento maior no salário. É claro que teremos que avaliar com mais calma todos os pontos, pois cada caso tem suas particularidades. Ainda nesta semana iremos nos reunir e também realizar assembleias regionais”, conta Vieira. O Sinte promete avaliar a proposta até a primeira quinzena de março.

Para Deschamps, a negociação com o sindicato está sendo bastante positiva. Como a proposta do novo plano de carreira não está fechada, poderá ser acertada com os representantes da categoria. Um dos pontos que ainda estão indefinidos, por exemplo, é como serão pagos os incentivos para os professores de sala de aula, gratificação a mais prevista nessa nova tabela.

Como o aumento salarial varia de acordo com cada situação

“Com a descompactação da tabela, teremos um investimento maior no salário.”

Luiz Vieira,
presidente do
Sinte

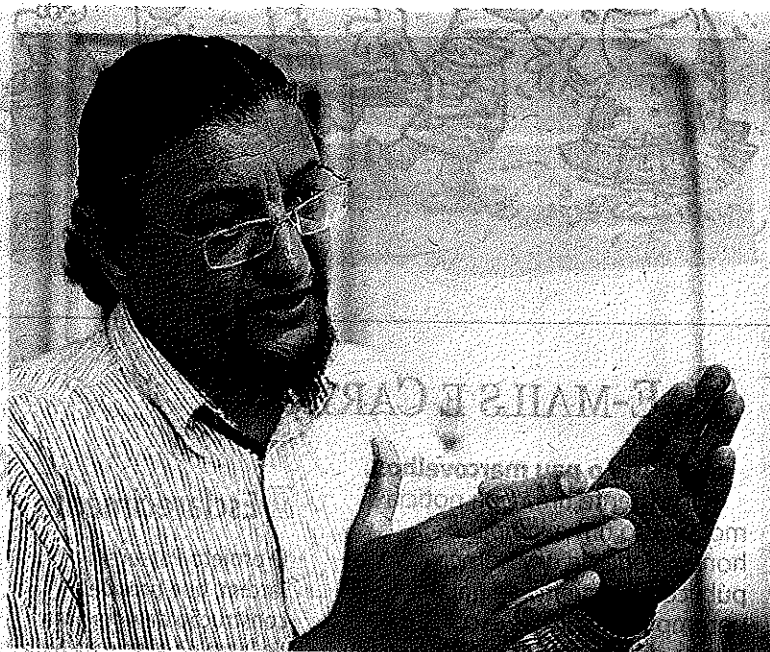
do profissional, aquele professor que desejar saber quanto receberá de ajuste com a nova carreira pode fazer uma simulação por um sistema online, que também começa a funcionar a partir de hoje na página da Secretaria.

Conforme o secretário da Educação, houve um pedido do governador Raimundo Colombo (PSD) para

que uma folha suplementar rodasse ainda neste mês pagando o novo valor do piso nacional do magistério, que foi reajustado em janeiro deste ano, para todos os educadores que recebem abaixo do salário fixado, que é de R\$ 1.917,78. Somente com esse complemento, o Estado gastará R\$ 100 milhões, atendendo a 12,7 mil profissionais. Caso esse aumento fosse repassado para todos os níveis, o valor aumentaria para R\$ 460 milhões.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Mais tecnologia nas escolas

Segundo o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, está em estudo para ser implantada nas escolas um sistema eletrônico que será colocado nas portas das salas de aula para registrar a permanência do aluno na escola. "O estudante receberá um cartão com todos os seus dados. Esse cartão ativará automaticamente um registro nesse sistema eletrônico assim que o estudante passar pela porta, acusando que ele está em aula", conta.

Segundo o secretário, com esse mesmo cartão o estudante poderá acessar dados da biblioteca e consumir na cantina da escola. "É um programa bem moderno, que ainda está sendo estudado, mas que poderá trazer mais segurança na escola. Os pais poderão acompanhar de maneira real se seus filhos estão mesmo na escola, que hora entraram e saíram. Além de facilitar outros registros dentro do próprio colégio", atesta.

Negociação.
Presidente do
sindicato dos
professores,
Luiz Vieira,
demonstrou
entusiasmo com
a proposta

Portal da educação será lançado

A Secretaria de Educação também tem se preocupado em empregar novas tecnologias no dia a dia dos colégios, modernizando o que acontece dentro da sala de aula. Um exemplo é o portal que será lançado na próxima quinta-feira, no qual professores e alunos poderão interagir de forma contínua.

Será um único portal com dois acessos diferentes – o Professor On-line e o Estudante On-line. O primeiro visa substituir o tradicional diário de classe do educador, enquanto o segundo trará mais facilidade aos alunos e seus pais a informações como frequência e notas.

Como funciona

Atualmente, o magistério conta com 12 níveis e sete referências na rede estadual. Se o projeto for aprovado, a categoria terá quatro níveis e dez referências. Apesar de não estar em vigor, os profissionais já podem acompanhar uma simulação de seu novo salário em uma plataforma disponibilizada pelo governo do Estado.

A consulta poderá ser feita através da página www.carreira.sed.sp.gov.br. O portal também servirá de canal para receber sugestões e tirar dúvidas dos profissionais. Os níveis serão divididos em graduação, especialização, mestrado e doutorado. As licenciaturas deixam de fazer parte da tabela da carreira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Proposta para o magistério

Mudança visa descompactar tabela de rendimentos

Tabela salarial para enquadramento (em R\$)

Progressão horizontal (200 horas de curso de perfeccionamento + tempo de serviço) >

Níveis	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Tempo de Serviço	3 anos	6 anos	9 anos	12 anos	15 anos	18 anos	21 anos	24 anos	27 anos	30 anos
I Licenciatura Plena	2.535,06	2.623,79	2.715,62	2.810,67	2.909,04	3.010,86	3.116,24	3.225,31	3.338,19	3.455,03
II Especialização	2.745,55	2.841,65	2.941,10	3.044,04	3.150,58	3.260,85	3.374,98	3.493,11	3.615,37	3.741,91
III Mestrado	3.052,05	3.158,87	3.269,43	3.383,86	3.502,30	3.624,88	3.751,75	3.883,06	4.018,97	4.159,63
IV Doutorado	3.368,50	3.486,40	3.608,43	3.734,72	3.865,44	4.000,73	4.140,75	4.285,68	4.435,68	4.590,93

Incentivo de sala de aula

Habilitação	Valor Mensal equivalente	Valor Anual
I Médio	254,61	3.055,32
II Licenciatura Curta	254,61	3.055,32
III Licenciatura Plena	304,21	3.650,52
IV Especialização	329,47	3.953,64
V Mestrado	366,25	4.395,00
VI Doutorado	404,22	4.850,64

Salários de início e fim de carreira

	Como é hoje	Como passa a ser
Início de carreira Professor em sala de aula, escola de ensino médio, graduação em início de carreira	2.268,50	3.041,87
Fim de carreira Professor com doutorado e trênisos	5.345,66	9.042,93

O que muda

- O plano atual tem 12 níveis e sete referências. Com a nova proposta, ele passará a ter quatro níveis e dez referências (variando de três a 30 anos de carreira). Os níveis são referentes a graduação, especialização, mestrado e doutorado
- As licenciaturas deixarão de existir
- Os requisitos para a progressão do professor passarão de 80 para 200 horas a cada triênio. Isso significa que a cada três anos, para que o professor passe de uma referência para outra, terá que comprovar as 200 horas em cursos de aperfeiçoamento, além do tempo de serviço especificado
- Os professores que atuam diretamente na sala de aula receberão um incentivo a mais, considerando os dias trabalhados
- Não haverá mais a vinculação do professor temporário na tabela de carreira. A contratação poderá ser apenas por hora-aula
- Com o novo plano, a intenção é subir de 7% para 40% a diferença entre os salários dos professores licenciados e os com especialização

Salário de professores temporários (ACT)

Nível do professor	Anos Iniciais (40 horas-aula)	Anos Finais e Ensino Médio (32 horas-aula)
Não Habilitado	R\$ 2.402,53	R\$ 2.172,39
Habilitado	R\$ 2.559,52	R\$ 2.314,72

• Pagamento do complemento de piso para os vencimentos abaixo de R\$ 1.917,78 relativo ao mês de janeiro será feito em folha suplementar no mês de fevereiro



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: eDITORIAL

Data: 04/02/2015

Assunto: Investimentos

Página: 10

Notícias do Dia

Avanços na educação pública

Aos poucos, driblando as limitações financeiras do Estado, o governo vem repondo as perdas dos professores com melhor titulação na rede de ensino. Um avanço significativo foi dado ontem, quando o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, anunciou o projeto do novo plano de carreira que pretende encaminhar à Assembleia Legislativa, com vigência imediata após a eventual aprovação da matéria. A proposta prevê uma base salarial de R\$ 2.535 e aumento para todos os níveis que tiveram ga-

nhos menores desde o início da aplicação da Lei do Piso, em julho de 2008.

Ainda que tenha caráter progressivo, a reposição faz justiça a muitos professores que, apesar da titulação ou do longo tempo de serviço, perderam parte do que recebiam a mais em relação àqueles que estavam entrando na carreira ou contavam apenas com graduação ou formação secundária. Até a regência de classe, uma conquista consagrada da categoria, foi removida em determinado momento, gerando uma greve sem prece-

dentes na rede pública de Santa Catarina.

A proposta do governo também inclui mecanismos de capacitação, uso do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) na manutenção e investimentos nas escolas e o emprego de novas tecnologias no dia a dia dos estabelecimentos de ensino. Com o tempo, isso vai melhorar o padrão da educação pública e qualificar o nível dos egressos, permitindo que acessem boas vagas nas universidades e melhor colocação no mercado de trabalho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 04/02/2015
Assunto: Sinte		Página: Online



Conselho do Sinte analisará proposta salarial para o magistério

O presidente do Sinte, Luiz Carlos Vieira, identificou pelo menos dois fatos políticos na apresentação da proposta salarial do magistério que o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, apresentou aos dirigentes sindicais. A primeira foi de postura do governo: ao contrário de anos anteriores, o governo admite sugestões para aprimoramento da proposta e há uma abertura do próprio secretário. A segunda está identificada com a principal aspiração do magistério, contida no projeto: a descompactação da tabela salarial, achatada nos últimos quatro anos e prejudicando os professores com maior titulação e em fim de carreira.

Há, contudo, algumas dúvidas e até críticas à proposta. Com as alterações na carreira, que são reduzidas de dez níveis para apenas quatro, as gratificações por regência de classe (25% a 40%) foram incorporadas aos vencimentos básicos. A nova tabela, com esta incorporação, pode gerar uma melhoria substancial que, na real, pode ser ilusória.

Outra restrição: os professores ACTS-Admitidos em Caráter Temporário são excluídos da carreira do magistério. Não serão mais contratados por módulos de ensino. Serão pagos por aula dada. Relevante: o Estado tem hoje 19.600 professores ACTs, contra 22 mil efetivos e 24 mil inativos.

O clima de diálogo entre Secretaria da Educação e Sinte abre espaços para correções e avanços na proposta. O Sindicato realiza reuniões do Conselho amanhã e sexta-feira para elaborar um documento que será submetido à assembleia geral a ser convocada em março.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 04/02/2015
Assunto: Sinte	Página: Online	



Sinte emite nota sobre a proposta salarial do governo

Nota divulgada esta noite coloca a posição do Sinte sobre a proposta salarial do governo para o magistério. Leia os trechos principais:

"A Diretoria Executiva do SINTE/SC avaliou o estudo do novo plano de carreira para o Magistério Catarinense, apresentado pelo Governo do Estado ao sindicato e trás as seguintes considerações:

- Entendemos que a proposta não respeita a Lei do Piso, pois a mesma é autoaplicável e o reajuste, neste ano, de 13,01%, deve ser pago integralmente na carreira, e a partir daí o Governo, deveria iniciar as projeções de descompactação da tabela;

- O Governo usa os direitos dos trabalhadores/as para elaborar uma proposta de descompactação da tabela, com a incorporação de 25% da Regência de Classe a remuneração, mantendo 15% de complemento de hora atividade apenas para os professores/as dos anos iniciais;

- Cria incentivo aos professores dos anos finais e ensino médio, que estão em sala de aula, com valores diferenciados de acordo com sua habilitação, lembrando que, este incentivo só será dado proporcional os dias trabalhados, e em caso de falta o trabalhador/a terá o dia descontado do valor final. Vale destacar que esta "gratificação" incorporada aos vencimentos na ocasião da aposentadoria. Temos então, uma nova modalidade do Prêmio Assiduidade, com a valorização vinculada à frequência;

- O enquadramento se dará pela atual habilitação e o tempo de serviço dentro da nova tabela apresentada;

- A Progressão Horizontal obedecerá aos critérios de tempo e aperfeiçoamento: A cada 3 anos e 200 horas de cursos aprovados pela SED, lembrando que se o professor/a não alcançar as 200 horas não ocorrerá a progressão;



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Os ACTs são desvinculados da tabela de carreira do magistério e o valor salarial será fixado anualmente, entretanto, não estabeleceu qual critério para o reajuste. A admissão respeitará os módulos vigentes de contrato, ou seja, as jornadas modulares, 10, 20 ou 30 horas, mas, poderá flexibilizar a contratação de acordo com as aulas disponíveis na escola, por exemplo, duas horas aula. Sua remuneração será: vencimento+hora-atividade+incentivo à produtividade em sala de aula.

Ao elaborar uma proposta tendo como base inicial o nível de graduação, o Governo não respeita a Lei do Piso, pois não vincula a proposta de carreira ao Piso Salarial Nacional.

No entendimento do Sindicato o reajuste do Piso deve ser dado a partir da formação em nível médio.

A proposta condiciona o reajuste e a descompactação apenas aos recursos do FUNDEB, sem nenhum novo investimento por parte do Estado. Ao vincular apenas as verbas ao FUNDEB, o Governo limita a ampliação de oferta e melhorias da educação pública em Santa Catarina.

Além disso, a incorporação da regência abre a possibilidade do congelamento dos salários daqueles que recebem acima do Piso Nacional.

Neste sentido, a Diretoria levará a discussão primeiramente ao Conselho Deliberativo e posteriormente ao conjunto da categoria, no entanto, o Sindicato afirma que não admitirá um projeto que apresente qualquer perda de direito dos trabalhadores/as do magistério estadual, estes adquiridos historicamente através de muitas lutas. Nós enquanto Sindicato, não podemos apenas pensar em ganhos monetários imediatos, e sim na carreira como um todo, pois será ela que deverá nortear os profissionais da educação de ontem, de hoje e de amanhã.

Diretoria Executiva do SINTE/SC."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 04/02/2015
Assunto: Sinte		Página: Online



Sinte começa a avaliar nova proposta salarial do governo de SC

Dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte) estão reunidos neste momento para avaliar a nova proposta de descompactação da tabela salarial dos professores da rede estadual de ensino proposta hoje durante encontro com o Secretário da Educação, Eduardo Deschamps.

As primeiras constatações: o secretário teve uma nova postura, mais aberta, aceitando sugestões dos professores que possam aprimorar os níveis salariais da nova carreira do magistério. E há efetivamente descompactação da tabela salarial, que foi achatada desde 2011.

A nova tabela, contudo, incorpora a gratificação de regência de classe ao vencimento inicial. Com isso, pode ser criada uma imagem irreal de que o aumento proposto é muito mais significativo.

O Sinte convocou o Conselho Deliberativo para reuniões de avaliação quinta e sexta-feira. Depois submeterá a proposta as regionais para decidir sobre a realização de assembleia geral estadual.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 04/02/2015
Assunto: Proposta salarial		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Governo de SC anuncia proposta de novo plano de carreira do magistério

*Professor no começo da profissão ganhará R\$ 3 mil e no final R\$ 9 mil.
Proposta será encaminhada para votação na Alesc em março deste ano.*

A Secretaria de Estado da Educação apresentou nesta terça-feira (3), em Florianópolis, o novo plano de carreira do magistério da rede estadual catarinense. Com a proposta, um professor em sala de aula no começo da profissão passará a ganhar R\$ 3.041,87 e chegará ao final da carreira recebendo R\$ 9.042,93.

Para ser colocado em prática, o plano precisará ser aprovado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A expectativa do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, é de que o texto seja votado pelos deputados até março deste ano.

“[A proposta] não está fechada. Vamos conversar com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) e avaliar as sugestões. Se não houver grandes problemas, acredito que depois do Carnaval fechamos a proposta”, afirmou Deschamps.

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Educação, os recursos para o aumento salarial são do próprio Governo do Estado e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A nova proposta ainda aumenta a diferença de salário entre professores com maior titulação. De acordo com Deschamps, os ganhos variam bastante. Haverá professores que ganharão cerca de 60% de aumento já neste ano, outros, 20%, por exemplo.

Um sistema online deve ser disponibilizado no site da Secretaria da Educação na quarta-feira (4) para solucionar dúvidas, enviar críticas, apontar problemas e soluções. Será disponibilizado também, no mesmo dia, um sistema online para que os professores façam simulação e saibam quanto devem receber no novo modelo proposto, após aprovação da Alesc.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 04/02/2015
Assunto: Proposta salarial		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Governo de SC apresenta Plano de Carreira do Magistério com nova tabela salarial

Secretário da Educação se reúne com dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação

O novo Plano de Carreira do Magistério com nova tabela salarial foi apresentado nesta terça-feira durante reunião do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, com os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), e depois em coletiva à imprensa. Caso a mudança seja aprovada, o piso real de Santa Catarina passará a ser de R\$2.535,06.

_ Com a mudança no plano, poderemos beneficiar pelo menos 6 mil professores, que passariam a ganhar o novo piso estadual, de R\$ 2.535,06 — diz Eduardo Deschamps.

A nova proposta tem por objetivo principal a descompactação da tabela salarial — já que o piso salarial teve reajuste de 178% e os professores em fim de carreira aumento total de 60%. O governo agora espera entrar em acordo com o Sinte para encaminhar o projeto para a Assembleia até março.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública (Sinte/SC), Luiz Carlos Vieira, informou que a categoria deve começar a analisar a proposta no fim de semana, quando ocorre uma reunião do Conselho Deliberativo do Sindicato:

_ Além da reunião do conselho, teremos as assembleias regionais. Esperamos entregar uma resposta ao governo até a primeira quinzena de março.

Achatamento salarial

Apesar de SC cumprir o piso nacional desde 2011, já que nenhum professor ganha abaixo do valor fixado como mínimo, a tabela salarial dos professores sofreu um achatamento há três anos ainda não corrigido. As diferenças salariais entre professores licenciados e com especialização ficou menor.

A descompactação salarial vai acontecer com a aplicação de um novo plano de carreira. Atualmente, existem 12 níveis e 7 referências. Se aprovado o projeto, o magistério passará a ter 4 níveis e 10 referências. Os níveis referem-se aos professores com graduação (1),



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

especialização (2) mestrado (3) e doutorado (4). As licenciaturas deixarão de existir na carreira.

Pela tabela atual, professor em final de carreira (nível 12 e referência 7) ganha R\$ 3.144,00, mais as vantagens pessoais. No futuro (nível 4 e referência 10), receberá R\$ 4.590,00. A previsão é de que no fim do ano o valor seja atualizado para R\$ 4.958,00. Já o vencimento no início da carreira ficará em R\$ 2.535,00. O piso fixado hoje em lei federal é de R\$ 1.917,78.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/02/2015
Assunto: Cidadania		Página: Online



CRIANÇAS E SEUS DIREITOS

Educadores mostram como a escola é o espaço ideal para ensinar cidadania e participação ativa na sociedade desde cedo

Fonte: Fonte: Revista Profissão Mestre

Ensinar o que é ser cidadão se constitui, atualmente, em uma das principais atividades de todos os sistemas e de todas as redes de ensino no Brasil. Mas como fazer para realizar essa tarefa de modo que as crianças se tornem cidadãs? Afinal, o que é cidadania? A Constituição brasileira de 1988 aponta a cidadania como um dos fundamentos da República, ao lado da soberania nacional, da dignidade humana, dos valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e do pluralismo político. A própria Lei Magna não define, contudo, o que é essa cidadania que fundamenta a nação, limitando-se a listar os direitos e deveres de cada cidadão, a maioria deles em seu artigo 5º. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei n. 9.394) estabeleceu, em 1996, no artigo 22, que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. O ensino da cidadania se tornou, portanto, condição necessária para que os sistemas educacionais sirvam de instrumento para atingir objetivos nacionais no que se refere ao exercício da cidadania estabelecido na Constituição Federal.

São as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Básica, de 2013, que propõem orientar a formação para o exercício de um tipo de cidadania que vai além do acesso dos indivíduos aos bens e serviços de uma sociedade moderna. Estando, segundo as DCN, em “um contexto marcado pelo desenvolvimento de formas de exclusão cada vez mais sutis e humilhantes”, deve-se promover a cidadania como a participação ativa dos indivíduos nas decisões pertinentes à sua vida cotidiana. Nessa percepção, o vetor da cidadania é a inclusão, que solicita das escolas funções de mantenedoras da paz nas relações sociais diante de “formas cada vez mais amplas e destrutivas de violência”. As DCN estabelecem esse trabalho de forma compulsória desde a pré-escola até o final do ensino médio. No entanto, não descrevem como ensinar a cidadania, cabendo ao Programa Ética e Cidadania, do Ministério da Educação (MEC), a distribuição de materiais divididos em módulos para trabalhar nas escolas conceitos como inclusão social, gênero, raça etc.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Características do ensino para a cidadania

De acordo com o economista Ladislau Dowbor, do Núcleo de Estudos do Futuro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), quando se fala em ensino de cidadania, deve-se considerar que as crianças do ensino básico são cidadãs no presente, com direitos que costumam não ser respeitados. “A escola tem que pensar em uma criança que quer viver hoje, e não [na criança] como um produto a ser acabado para ser aproveitado somente lá no futuro”, defende. Orientada em nível de pós-doutorado por Dowbor, a professora Oriana Monarca White coordena dois projetos-piloto no Brasil para implantar o ensino para a cidadania e a democracia participativa em colégios de São Paulo. Um deles acontece no Scuola Italiana Eugenio Montale, no bairro da Bela Vista, em São Paulo, e o outro no Colégio Pequeno Cotolengo, em Cotia (SP), que atende a crianças carentes ou que vivem afastadas da família com deficiências físicas ou mentais leves.

A pesquisadora se inspirou em práticas realizadas na região de Perugia, na Itália, onde se trabalha o uso do território pelas crianças e os preceitos da cultura de paz (prevenção e resolução de conflitos de forma não violenta) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). “Na Itália se trabalha a cidadania e a cultura de paz em dois eixos: um vertical, no qual as crianças começam a ser ensinadas a serem cidadãs, continuando até o fim do ensino médio, e um transversal, em que a cidadania se ensina a todas as turmas, em todas as aulas, por todos os professores, sem a criação de uma matéria específica de educação para a cidadania”, explica a pesquisadora.

Oriana conta que, nos dois projetos-piloto realizados no Brasil, com as crianças do colégio de classe média na Bela Vista, em que trabalhou com uma turma de 5º ano com um espaço reduzido para aprendizagem, e as da outra escola, para crianças com dificuldades de aprendizagem, mas com bastante espaço verde, os percursos didáticos semelhantes demonstraram resultados também parecidos. “A construção imagética de todas essas crianças é exatamente a mesma. Podemos trabalhar com esse instrumento em escolas de classe alta, baixa e com necessidades especiais”, conta.

O projeto na Scuola Italiana Eugenio Montale aproveitou a localização dela para dar visibilidade aos trabalhos dos alunos em uma área da cidade de intenso trânsito de pessoas. “O aluno de 5º ano explica os preceitos da cultura de paz para o do 1º. Durante o projeto, todos eles fizeram fotografia de uma festa e depois escolheram as melhores, sendo um exercício de diálogo e de paz, pois cada um quer que sua foto entre. Depois, montaram cartazes, um banner e colocaram no prédio do Conjunto Nacional [na Avenida Paulista], onde passam 30 mil pessoas por dia. Essa visibilidade é muito importante para as crianças”, conta Oriana.

Experiência italiana

O projeto realizado por Oriana no Brasil teve colaboração de educadoras italianas que receberam a pesquisadora brasileira em Perugia para mostrar como funciona naquele país a educação para a cidadania ativa. Patrizia Bracarda, professora da Escola



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Primária X Círculo de Perugia, que atende a cerca de 130 alunos cujas famílias são oriundas de pelo menos 14 países, explica como se tem trabalhado há pelo menos 25 anos a cultura de paz com crianças que vivem integradas a um modo de vida italiano nos espaços públicos, mas que têm cultura, língua e religião próprias dentro do lar.

Com esse público de tamanha diversidade, surgiu na Itália a necessidade de se fazer uma escolha: integrar as crianças de modo uniforme à cultura italiana ou usar a escola para promover a cooperação, sem renunciar a ideais e valores. “A escola é o motor da civilidade e da democracia que espalha competências de cidadania que são irrenunciáveis. O exercício dessa cidadania passa pelo conhecimento do outro e também pelo conflito que é seguido pelo diálogo, não pela simples adesão, ou seja, não para uniformizar, pois quando se equaliza tudo, o valor de um grupo se sobrepõe ao de outros, e não é o que buscamos”, explica Patrizia.

As referências teórico-metodológicas usadas na organização da educação para a cidadania e cultura de paz em Perugia foram o educador italiano, militante e antifascista Aldo Capitini e o brasileiro Paulo Freire. O referencial legal foi formado pela Constituição italiana, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Declaração dos Direitos da Infância e o Estatuto da Unesco. “Atuamos no sentido de formar as crianças para não apenas conviverem em sociedade, mas para que haja uma contínua recriação social, sendo os sistemas educativos responsáveis por formar cidadãos aptos à participação com sabedoria, à constituição de uma coletividade ampla e composta, sendo um cidadão nacional, europeu e mundial”, afirma a professora.

O objetivo da formação para a cidadania em Perugia é tornar as crianças pessoas críticas ainda na infância, com as capacidades de escolher, decidir, gerir e resolver situações problemáticas. Os valores coletivos nos ambientes escolares são assim definidos pelas próprias crianças, em situações que praticaram a resolução de conflitos e divergências. “Elas devem reconhecer os estereótipos e os preconceitos existentes. Quando as crianças percebem que há conflitos e se passa para elas a responsabilidade pela resolução, começam a discutir como fazer, a fim de transformar a situação da classe e construir uma legalidade decidida pelo coletivo. Significa firmar um estatuto escrito, com direitos e deveres, do qual todos os alunos e professores são participantes e signatários”, explica Patrizia.

Para chegar a um estatuto escrito e assinado, de acordo com a professora, podem ser usadas várias metodologias, como brainstorming, jogos de papel, reescritura de textos com diversidade de pontos de vista etc. “Esse exercício é feito pensando nas gerações futuras, pois as crianças começam a ter consciência de que devem manter esses direitos e deveres. Têm a noção clara de que o trabalho feito vai ter influência sobre outras crianças que estão chegando e percebem a diferença entre direito, algo que todos têm acesso, e privilégio, ou seja, quando você se dá conta que um direito legalizado e estipulado não é gozado por todos, ele se transforma em um privilégio. As crianças começam a entender quando é que elas são as privilegiadas sem acreditar que isso é uma condição naturalmente posta”, conclui.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na Escola Primária A. Fabretti, no centro histórico de Perugia, crianças de até 11 anos de idade realizam trabalhos que são expostos em pontos de grande circulação na cidade, em que abordam os seus direitos nessa fase da vida: igualdade, identidade, poder expressar a própria opinião e ser escutado, educação e cuidados especiais para criança com necessidades especiais, saúde e cuidados médicos, alimentação, vestuários, educação de qualidade, praticar a própria religião, liberdade cultural e de idioma, brincar e ter tempo livre, cuidados especiais e proteção. “Temos um projeto trienal chamado Programa Cidadão em Grama, ou seja, os pequenos que estão crescendo como a grama. Todas as atividades são feitas multidisciplinarmente, sob a ótica da transversalidade dos conhecimentos, com um único objetivo: o crescimento global da criança cidadã. Coletamos os documentos e fazemos um livro. Em 2014, escolhemos como tema a linguagem musical, pois a música acompanha a criança durante todo o seu crescimento e é válida para qualquer cultura. A cada ano do triênio há um tema”, explica a professora Milva Valentini, da Escola Primária A. Fabretti.

De acordo com a educadora, a produção artística também serve para construir a memória e se constitui em um instrumento útil para compreensão das práticas educativas que fortalecem as ideias e práticas pela cidadania e a cultura de paz. “É voltada a alunos e famílias, sociabiliza a experiência, mas também toda a comunidade de forma ampla, pois conta e difunde experiências. Para os educadores, é um instrumento de debate, reflexão e avaliação”, acredita.

No ano entre o outono de 2013 e a primavera de 2014, o tema do projeto foi “A música e as fábulas de Ésope”. Esse conjunto de histórias escritas pelo escritor da Grécia Antiga é presente na arquitetura de Perugia, em diversos pontos da cidade. “A minha sala adotou a fábula O lobo e a garça, representada em uma chapa da Fontana Maggiorie, em frente a qual as crianças apresentaram a fábula”, conta a professora.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/02/2015
Assunto: Projeto político-pedagógico		Página: Online



O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA PÚBLICA

Especialista afirma que o PPP deve focar nas causas da repetência e da evasão

Fonte: Fonte: Revista Gestão Educacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei n. 9.394/1996), em seu artigo 12 (inciso I), prevê que, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, as escolas terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, o que ocorre por meio do projeto político-pedagógico (PPP). Em síntese, o PPP é um documento que deve ser produzido por meio do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar, com os intuitos de organizar e planejar a rotina administrativo-pedagógica e de buscar soluções para os problemas diagnosticados. Para a pedagoga Ilma Passos Alencastro Veiga, professora emérita da Universidade de Brasília (UnB) e docente do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), o PPP precisa ter a cara da escola. “É como nossa carteira de identidade. A escola tem suas características próprias, que devem estar presentes em seu projeto político-pedagógico, o qual deve ser sua fotografia”, afirma. Ela ainda acrescenta que o PPP deve focar nas causas da repetência e da evasão. Acompanhe nas páginas a seguir o que a educadora, que é especialista no tema, sugere para o PPP da escola pública.

Instrumento de gestão

Ilma Veiga afirma que o PPP é um instrumento de gestão da instituição escolar, tanto na rede pública como na rede privada. “O projeto político-pedagógico organiza e prepara a escola e os cursos para desenvolverem uma política de formação de crianças, jovens e adultos”, considera. A educadora alerta que sua construção deve ser coletiva, o que instaura na escola o sentido de democracia. “Seja participativo ou coletivo, o projeto deve envolver todos os elementos da comunidade escolar: alunos, professores, especialistas da área educacional, funcionários da área administrativa e operacional da escola e pais”, elenca.

Formação humana

Ilma destaca a importância de o PPP enfatizar a visão e o objetivo de formação humana da escola. A especialista cita o artigo 2º da LDBEN, o qual estabelece que,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

nos ideais de solidariedade humana, a educação tem por finalidades o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. “A legislação está preocupada com a formação do sujeito em sua totalidade. Com base nisso, o projeto político-pedagógico nada mais é do que um instrumento de formação humana”, ressalta. Para a especialista, essa formação deve ser emancipatória, conforme os princípios de igualdade.

Desafios

O PPP também deve abordar os desafios da educação pública, como questões que envolvem qualidade do ensino, aprendizagem e evasão. “O aluno adentra a escola no ensino fundamental, aos 6 anos, e tem que sair no 9º ano, com 14 anos. A grande meta do processo de formação educacional é garantir a permanência desse aluno na escola, sem evasão e repetência”, enfatiza Ilma. “Igualdade na entrada e igualdade na saída”, completa. Para a educadora, isso se torna possível quando a chamada formação humana tem caráter de continuidade e permanência.

Diversidade

Também devem ser analisados para a elaboração do PPP os perfis da escola e dos alunos. “Hoje, temos uma escola pública altamente democratizada. É uma escola massificada, uma escola de crianças que vêm das camadas pobres da população. É um perfil de aluno totalmente diferente do aluno da década de 1950”, comenta Ilma. Ela chama atenção para a diversidade presente hoje na escola. “Para atender a essa diversidade, o projeto tem que ser coerente com essa realidade. Não é mais uma escola homogênea, é uma escola altamente heterogênea”, avalia.

O aluno

Conhecer o aluno é fundamental. “Temos que saber quem é o aluno que adentra a escola pública hoje e que conhecimento ele está trazendo para a sala de aula”, reforça. Ilma exemplifica com o caso de crianças que ajudam os pais na feira, fazem conta, dão troco, mas, na escola, não conseguem aprender a somar e multiplicar. Da mesma forma, não é indicado abordar na escola pública temáticas conhecidas de alunos apenas da rede privada, que têm outro estilo de vida e um leque de conhecimentos variado. “Muitas vezes, o projeto político-pedagógico da escola não está sendo trabalhado com base no conhecimento que esse aluno da escola pública tem, que é totalmente diferente do estudante da rede privada”, frisa.

Eixos estruturantes

Devem ser eixos estruturantes do PPP: saber quem é o aluno, quais conhecimentos ele tem e onde a escola se situa (o contexto que a circunda). Ilma acredita que considerar o conhecimento do aluno para embasar as metas pedagógicas do PPP é crucial para o sucesso dos programas escolares: “Aí é que está o grande marca-passos, que gera a reprovação e a evasão, pois a escola torna-se desinteressante para aquele aluno que



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

tem outra estrutura, que vive em outro mundo. O projeto político-pedagógico tem que estar ligado ao mundo dele”.

Papel do gestor

É o gestor da escola pública que assumirá a coordenação do processo de construção do PPP. “O projeto não deve ser elaborado dentro da sala da direção nem ele próprio, o gestor, fazê-lo. Ele deve chamar representantes de toda a comunidade escolar, com o intuito de dialogar em diferentes níveis”, orienta a professora Ilma. A especialista alerta para o fato de que não se deve entrar em um site e copiar trechos de projetos de outras escolas. “Copia um pedaço daqui, um pedaço de lá, e terá um ‘Frankstein’ de projeto político-pedagógico. O gestor também não precisa contratar uma consultoria para fazer o projeto e encaminhar por e-mail, porque ele não terá a fisionomia da escola”, enfatiza.

Cara própria

“O projeto político-pedagógico precisa ter a cara da escola”, afirma Ilma. E completa: “É como nossa carteira de identidade. A escola tem uma história, uma fisionomia, suas características próprias, que devem estar presentes em seu projeto político-pedagógico, que deve ser a sua fotografia”. É no projeto que estarão informações relevantes, como os conceitos educacionais que a escola adota e as estratégias do processo ensino-aprendizagem.

Hora de revisar o PPP

Segundo a professora Ilma, o PPP deve ser revisado continuamente. “A escola deve refletir sobre o projeto durante o ato de colocá-lo em ação. A cada ano, vão surgindo novos aspectos, e o projeto deve ser aprimorado e modificado”. A instituição deve estar alerta para questões como baixo índice de aprendizagem e existência de evasão. “Nesse caso, deve-se tentar descobrir as causas. É preciso estar atento, principalmente por conta da repetência e do desinteresse do aluno”, destaca. E sentencia: “A questão da dimensão pedagógica é o ponto em que mais é necessária investigação e, quando for o caso, intervenção”.